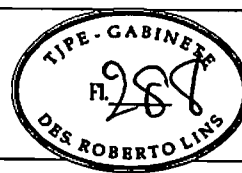




TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0332669-2 – 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital

Impetrante: Severino José de Carvalho  
Paciente: Marciano Manoel da Silva Filho  
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto  
Procuradora: Janeide Oliveira de Lima  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

**EMENTA:** PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INOCÊNCIA DO RÉU. REEXAME DE FATOS E PROVAS. PROVIDÊNCIA INCABÍVEL EM SEDE DE HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO ACOLHIMENTO. SANADAS AS DIFICULDADES DE LOCALIZAÇÃO DE TESTEMUNHAS. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DESIGNADA. DECRETO PRISIONAL DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, CONSUBSTANCIADA NA GRAVIDADE CONCRETA DOS FATOS IMPUTADOS AO PACIENTE. CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS FAVORÁVEIS INSUFICIENTES PARA ENSEJAR A REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. SÚMULA 86, TJPE. MANDAMUS PARCIALMENTE CONHECIDO E DENEGADO.

1. Deixo de conhecer do presente writ no tocante à alegação de inocência do paciente, tendo em vista que, para tanto, faz-se necessário o reexame de fatos e provas, providência incabível em sede de habeas corpus, por se tratar de instrumento destinado à proteção de direito demonstrável de plano, que não admite dilação probatória.

2. No que pertine ao alegado excesso de prazo para a formação da culpa, depreende-se que o juiz a quo envidou os necessários esforços para sanar as dificuldades de localização e intimação das testemunhas arroladas pelo Ministério Público. Além disso, a continuação da audiência de instrução e julgamento foi designada para o dia 18/08/2014, conforme decisão de fls. 224.

3. Analisando os autos, infere-se que a prisão preventiva foi decretada a partir de dados concretos extraídos dos autos, fundamentando-se na garantia da ordem pública e buscando evitar a reiteração criminosa diante da gravidade concreta da conduta, considerando-se, sobretudo, a periculosidade do paciente, supostamente ligado ao tráfico de drogas e temido pela comunidade onde reside.

4. As circunstâncias pessoais favoráveis aos réus não possuem o condão de, por si só, revogar a prisão preventiva, na hipótese de haver nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da medida extrema.

5. Súmula 86, TJPE.

6. Mandamus parcialmente conhecido e denegado. Decisão unânime.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus n.º 0332669-2 – 1ª Vara do tribunal do Júri da Capital, em que são partes as acima indicadas. Acordam, unanimemente, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, em conhecer parcialmente e denegar a ordem, tudo de acordo com a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife, 10/08/14.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto  
Relator Convocado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



**Habeas Corpus n.º 0332669-2 – 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital**

Impetrante: Severino José de Carvalho  
Paciente: Marciano Manoel da Silva Filho  
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto  
Procuradora: Janeide Oliveira de Lima  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

**RELATÓRIO**

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido de liminar, impetrado por Severino José de Carvalho, através da preambular de fls. 02/04, em favor de Marciano Manoel da Silva Filho, apontando como autoridade coatora a Juíza da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital.

Aduz o impetrante que o paciente encontra-se preso desde 14/03/2013 e que o mesmo não cometeu o delito descrito na inicial acusatória (homicídio qualificado, tipificado no artigo 121, § 2º, IV, do Código Penal), conforme se infere do depoimento testemunhal colhido durante a fase inquisitorial.

Argumenta que, embora não tenha dado causa à demora na marcha processual, o paciente teve o pedido de liberdade rechaçado pela autoridade impetrada e que o paciente é primário, pessoa trabalhadora e benquista na comunidade onde reside.

Pede, ao final, a concessão da ordem, com a revogação da prisão preventiva do paciente e a consequente expedição de alvará de soltura em favor deste.

Indeferido o pleito de liminar (fl. 232), a autoridade impetrada prestou as informações de fls. 236/238, clarificando que houve dificuldade de intimação das testemunhas arroladas pelo Ministério Público, entretanto, a audiência de instrução e julgamento tem previsão para ocorrer em 18/08/2014, sendo dada prioridade aos processos com réu preso.

Acrescenta que a prisão preventiva do paciente foi decretada em virtude da necessidade de acautelamento da ordem pública, levando em consideração o contexto fático em que foi praticado o delito, conforme descrito na denúncia (fls. 06/08).

A Procuradoria de Justiça em Matéria Criminal ofertou o parecer de fls. 280/284, opinando no sentido da denegação da ordem, por entender que a custódia preventiva restou devidamente motivada na garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal, além de considerar que o processo encontra-se em andamento razoável, conforme hegemonia jurisprudência pátria.

É o relatório.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



**Habeas Corpus n.º 0332669-2 – 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital**

Impetrante: Severino José de Carvalho  
Paciente: Marciano Manoel da Silva Filho  
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto  
Procuradora: Janeide Oliveira de Lima  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

**VOTO**

Senhores Desembargadores,  
Sr. (a) Procurador (a) de Justiça.

Anuncio, de prelúdio, e sem maiores digressões, que o presente *writ* está a merecer o desfecho do conhecimento parcial e da denegação, pelas razões adiante expostas.

De início, saliento que o impetrante suscitou matéria atinente ao mérito da Ação Penal, qual seja, a inocência do paciente, baseada na prova testemunhal colhida na fase inquisitória.

Deixo de conhecer do presente *writ* no tocante à referida alegação, tendo em vista que, para tanto, faz-se necessário o reexame de fatos e provas, providência incabível em sede de *habeas corpus*, por se tratar de instrumento destinado à proteção de direito demonstrável de plano, que não admite dilação probatória.

No que pertine ao alegado excesso de prazo para a formação da culpa, depreende-se que o juiz *a quo* envidou os necessários esforços para sanar as dificuldades de localização e intimação das testemunhas arroladas pelo Ministério Público.

Além disso, a continuação da audiência de instrução e julgamento foi designada para o dia 18/08/2014, conforme decisão de fls. 224.

Neste caso, o processo vem apresentando andamento regular, sendo certo que não sofreu interrupção por inércia ou negligência do poder público, não havendo que se falar, portanto, em excesso de prazo inescusável.

Consoante se depreende da análise dos autos, a prisão cautelar contém suficiente fundamentação, porquanto restou devidamente demonstrada a materialidade do delito, através do Laudo Tanatoscópico (fls. 34/36) e Laudo Residuográfico de Constatação (fl. 33), bem assim pelas provas testemunhais produzidas na fase inquisitorial, dando conta de que o paciente é líder comunitário, traficante de drogas e obrigava os membros da comunidade a pagar, semanalmente, uma quantia em dinheiro por ele fixada, mediante ameaça de expulsão da comunidade e assassinato.

O juiz *a quo* afirmou, ainda, que (fl. 76): “*Há notícia também de que os moradores da comunidade têm medo de falar e sofrer represálias por parte do denunciado que, em liberdade, pode comprometer o regular andamento do processo*”.



A prisão preventiva, portanto, foi decretada a partir de dados concretos extraídos dos autos, fundamentando-se na garantia da ordem pública e buscando evitar a reiteração criminosa diante da gravidade concreta da conduta, considerando-se, sobretudo, a periculosidade do paciente, supostamente ligado ao tráfico de drogas e temido pela comunidade onde reside.

Saliento que, de fato, não há nos autos registro de que o paciente responda a outros processos criminais. Contudo, esta circunstância não possui o condão de, por si só, revogar a prisão preventiva, na hipótese de haver nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da medida extrema.

Neste sentido, a Súmula 86 desta Corte<sup>1</sup> e a recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

**Ementa:** RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PEDIDO PARA SUBSTITUIR A PRISÃO CAUTELAR POR MEDIDA DIVERSA. INADEQUAÇÃO / INSUFICIÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 64/STJ. PRECEDENTES. 1. A participação da recorrente em organização criminosa, voltada ao tráfico de drogas, evidencia a dedicação ao delito da espécie, alicerce suficiente para a motivação da garantia da ordem pública. 2. O Superior Tribunal de Justiça, em orientação uníssona, entende que persistindo os requisitos autorizadores da segregação cautelar (art. 312, CPP), é despidiendo o paciente possuir condições pessoais favoráveis. 3. Diante da conclusão de que a demora no encerramento da instrução foi provocada pela defesa, não há como reconhecer o constrangimento ilegal alegado, haja vista os termos da Súmula nº 64/STJ. 4. Recurso em habeas corpus a que se nega provimento, observando que o Juízo processante deverá dar, se o caso, celeridade no julgamento da ação penal. (Quinta Turma; DJe 10/10/2013; RHC 40782 PR 2013/0308567-0; Ministro Moura Ribeiro).

Nestes termos, face à devida fundamentação e à ausência de qualquer fato ensejador de sua revogação, deve ser mantida a custódia preventiva do paciente.

Dispensando-me, assim, de outras considerações, para votar no sentido do conhecimento parcial e **DENEGAÇÃO** deste habeas corpus.

É como voto.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto  
Relator Convocado

<sup>1</sup> "As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si só, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva."